

Reclassificação da Argentina e do Peru não serve de modelo

por Paulo Sotero
de Washington

Uma qualificada autoridade bancária dos EUA indicou ontem a este jornal que, na hipótese de uma país devedor, em situação semelhante à do Brasil, iniciar negociações substanciais com seus credores, com chances razoáveis de chegar a acordo, as chances de uma reclassificação do crédito deste país nos bancos americanos pela Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC) tornam-se remotas. Embora falasse em tese, sem se referir a nenhum país especificamente, o funcionário procurou esclarecer que a atitude adotada pela ICERC em relação ao Peru e à Argentina não serve de orientação para a comissão federal de

classificação de crédito bancário. No caso do Peru, a comissão deixou passar duas oportunidades antes de rebaixar seu crédito para "value impaired", no ano passado. De acordo com a fonte, isso ocorreu porque os efeitos da limitação dos pagamentos de juros pelo Peru só começaram a se manifestar na carteira dos bancos americanos, de uma maneira generalizada, no início de 1986 — e não em meados de 1985, quando foi anunciada pelo então recém-empossado governo do presidente Alan Garcia.

"No caso da Argentina, a comparação não vale porque os argentinos não atrasaram mais de seis meses e mantiveram negociações com os bancos e com o FMI", acrescentou.

Há algumas semanas, uma autoridade bancária americana alertara representantes do governo brasileiro sobre isso e lembrara que a decisão do ICERC sobre o Brasil, a ser tomada no final do mês que vem, pode ser indiretamente influenciada também pela classificação dos empréstimos domésticos. Segundo esta autoridade, diante da crise do setor bancário do país, Washington apertou os critérios de classificação do crédito dos bancos a clientes domésticos e tem, por isso, que manter uma postura semelhante em relação ao crédito a devedores estrangeiros. Um tratamento diferenciado poderia causar dificuldades políticas ao executivo americano no Congresso.

A operação de salvamento do First City Bancorporation, do Texas, anunciada na quarta-feira passada, em Washington, pela Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) realçou a visibilidade do problema da qualidade do crédito doméstico — o banco foi colocado em dificuldade por calotes sucessivos que sofreu em empréstimos imobiliários e de empresas petrolíferas. De acordo com o funcionário ouvido por este jornal, não há nenhuma ligação entre a avaliação do crédito doméstico e do crédito estrangeiro. "Mas existe a preocupação de preservar um equilíbrio de critérios e, nesse sentido, as dificuldades no crédito doméstico influenciam a moldura geral do processo de classificação."